

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



A PRESENÇA INDÍGENA NA CIDADE DE ALTAMIRA (PA), NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

THE PRESENCE OF INDIGENOUS PEOPLE IN THE CITY OF ALTAMIRA (PA) IN THE CONTEXT OF THE CONSTRUCTION OF BELO MONTE HYDROELECTRIC PLANT

LA PRESENCIA INDÍGENA EN LA CIUDAD DE ALTAMIRA (PA), EN EL CONTEXTO DE LA CONSTRUCCIÓN DE LA USINA HIDROELÉCTRICA DE BELO MONTE

José Carlos Matos Pereira¹

RESUMO

Quem são os indígenas na cidade de Altamira (PA), quais são as suas dificuldades e proposições constituem o interesse de nossa pesquisa. Por meio de observação participante, conversas informais e entrevistas foi possível identificar que a luta indígena por reconhecimento e políticas diferenciadas ganha novos contornos com o início das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte e os conflitos se acentuam entre os campos de poder - pró e contra a implantação do empreendimento - e revelam as visões de mundo, lógicas e práticas antagonicas que estão em confronto. Como conclusão, ressaltamos que as reivindicações das organizações indígenas incluíam a construção de um bairro étnico, a regularização da posse da terra das áreas ocupadas por diversas etnias, a garantia de acesso aos serviços de saúde e educação, indenização justa para os indígenas remanejados e acesso ao rio Xingu para os grupos que desenvolvem a pesca, possam se deslocar mais facilmente para as aldeias e de volta à cidade.

Palavras-chave: indígenas em cidades, pertencimento étnico, políticas diferenciadas, campos de poder e hidrelétrica de Belo Monte.

ABSTRACT

Who the indigenous people are in the city of Altamira (PA), what their difficulties and propositions are the interest of our research. Through participant observation, informal conversations and interviews, it was possible to identify that the indigenous struggle for recognition and differentiated policies takes on new contours with the beginning of works on the Belo Monte hydroelectric plant and conflicts are accentuated between the fields of power - pro and against the implementation of the enterprise - and reveal the antagonistic worldviews, logics and practices that are in conflict. In conclusion, we highlight that the demands of

¹ Sociólogo com Pós-Doutorado em Antropologia Social (PPGAS/MN/UFRJ). Atualmente desenvolve o Projeto Trajetórias: Biografias audiovisuais de pesquisadores nos projetos coletivos iniciais do PPGAS do Museu Nacional, no PPGAS/MN/UFRJ, com a bolsa de Pesquisador Sênior FAPERJ (2021/24), sob a supervisão do Prof. Dr. José Sergio Leite Lopes. <https://orcid.org/0000-0001-9009-268X>, jcpmatos@gmail.com.

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



indigenous organizations included the construction of an ethnic neighborhood, the regularization of land ownership in areas occupied by different ethnicities, the guarantee of access to health and education services, fair compensation for relocated indigenous people and access to the Xingu River so that groups that carry out fishing can move more easily to the villages and back to the city.

Keywords: indigenous people in cities, ethnic belonging, differentiated policies, power fields and Belo Monte hydroelectric plant.

RESUMEN

Quiénes son los indígenas de la ciudad de Altamira (PA), cuáles son sus dificultades y propuestas son el interés de nuestra investigación. A través de la observación participante, conversaciones informales y entrevistas, fue posible identificar que la lucha indígena por reconocimiento y políticas diferenciadas adquiere nuevos contornos con el inicio de las obras de la hidroeléctrica de Belo Monte y los conflictos se acentúan entre los campos de poder - pro y contra la implementación de la empresa - y revelar las visiones del mundo, lógicas y prácticas antagónicas que están en conflicto. Como conclusión, resaltamos que las demandas de las organizaciones indígenas incluyeron la construcción de un barrio étnico, la regularización de la propiedad de la tierra en áreas ocupadas por diferentes etnias, la garantía de acceso a servicios de salud y educación, una compensación justa para los indígenas reubicados y el acceso a el río Xingu para que los grupos que practican la pesca puedan desplazarse más fácilmente a las aldeas y regresar a la ciudad.

Palabras clave: indígenas en ciudades, pertenecimiento étnico, políticas diferenciadas, campos de poder e hidroeléctrica de Belo Monte.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo tratamos da presença indígena na cidade de Altamira (PA), no contexto da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Primeiramente, apresentamos os conflitos existentes na região do Xingu sob a ótica dos agentes envolvidos; os campos de poder formados e os discursos produzidos por eles; as lógicas e as estratégias de confronto, adesão ou cooptação que operam e dão suporte às práticas desses campos. Isto possibilitou a construção de um pano de fundo para as análises acerca da presença de indígenas na cidade, tomando como referência o contexto local e regional em torno das disputas pelo controle do território e do acesso aos recursos naturais. Em seguida tratamos das lutas identitárias demandantes de políticas diferenciadas dos indígenas em contexto urbano. O trabalho de campo foi realizado nas cidades de Belém e Altamira, na região do Xingu, no Oeste paraense, em agosto de 2014. Os entrevistados foram representantes de ONGs, Fundações, Norte Energia e lideranças de movimentos sociais visando assegurar a “pluralidade de vozes que compõem a cena de investigação” (Oliveira, 2006, p. 30) e pensar relacionalmente o campo

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



no qual essas relações se desenvolveram (Bourdieu, 2001). As atualizações de conteúdos foram feitas mais recentemente para tornar público este resultado.

2 O PANO DE FUNDO DAS DISPUTAS POLÍTICAS EM TORNO DE BELO MONTE (LÓGICAS, CONFLITOS E NOVOS REALINHAMENTOS NO CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS)².

O complexo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte deve ser entendido no contexto da divisão territorial e social do trabalho, que impõe aos lugares papéis definidos e específicos no circuito espacial de produção da economia global. Esses grandes objetos são alheios ao lugar e à sua gente, visto que têm como característica o uso intensivo e predatório da natureza (Santos, 2006), que desarranjam os modos de vida (Cândido, 1971) preexistentes, tidos como descartáveis, para que novas modalidades produtivas possam ser instauradas. No caso em questão, a produção de energia. Dada à lógica mercantil que envolve esses grandes projetos (Castro, 1995)³, os conflitos socioambientais (Acserald, 2004)⁴ se tornaram inevitáveis, já que as formas de uso e apropriação do território não se fazem sobre as mesmas bases entre os habitantes do lugar e os agentes do capital, este último, sob abrigo da ação estatal legitimada pela narrativa do progresso, da modernidade e das novas oportunidades que chegam à região, que desconsideram as identidades, o pertencimento e as complexas práticas coletivas não capitalistas (Escobar, 2005).

Esses conflitos se materializam em torno das lutas políticas entre os campos de poder⁵, que configuram a estratégia e a contraestratégia (Almeida, 2004 e 2009), do “campo hegemônico” e do “campo da resistência”, respectivamente, em disputas que envolvem enfrentamentos, cisões, cooptação e novos realinhamentos políticos. E remetem à ação

² Agradecemos o apoio recebido no trabalho de campo por lideranças indígenas, pelo movimento de mulheres, pela Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP) e de todas as pessoas entrevistadas que se dispuseram a compartilhar conosco as suas lutas e experiências de vida.

³ Estes estão relacionados aos empreendimentos e complexos produtivos que sempre contaram com forte apoio estatal, especialmente a concessão de terras, implantação de infraestrutura e dinheiro público para sua execução (Castro, 1995).

⁴ Estes são decorrentes das disputas territoriais pelo controle e acesso aos recursos naturais. Disputas estas que se dão entre diferentes agentes e são mediadas por distintas visões de mundo, poder político e econômico e pelo domínio das técnicas extrativas. Isso implica em contradições e conflitos, expressos na capacidade predatória do uso mercantil ou na satisfação de necessidades humanas em bases não mercantis.

⁵ Os campos de poder correspondem às forças sociais que lutam pelo monopólio de poder e ao *quantum* de capital que detêm ao entrarem nessas lutas. Assim usamos o termo para designar forças políticas, sociais e econômicas que se unem em torno de interesses comuns. E, seguindo as recomendações do autor, apresentamos um plano de referência abstrato para enquadrar o exercício prático da pesquisa (Bourdieu, 2001).

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



multiescalar dos agentes em rede, que partem da escala local, delineando articulações regionais, nacionais e internacionais, em fluxos simultâneos ascendentes e descendentes dos dois campos em disputa.

Esses confrontos não estão restritos ao estado do Pará ou à Amazônia brasileira, como nos disse em entrevista o representante de uma ONG presente na região. A disseminação do conflito se dá em toda a Pan-Amazônia⁶ e deve ser entendida como uma tendência de longa duração, visto que este decorre da luta pelo controle, uso e apropriação do território por diferentes agentes que atuam em múltiplas escalas e que se articulam segundo interesses políticos, econômicos, culturais e ideológicos, conformando as disputas socioterritoriais. São bancos, fundos de pensões, empresas transnacionais, governos, ONGs, movimentos sociais etc., que têm como pano de fundo uma visão de mundo que confronta os modelos civilizatórios - a forma de organizar a vida social, a relação com a natureza, o papel do Estado e da sociedade civil, a distribuição da riqueza e os impactos decorrentes de práticas predatórias de longo prazo (Coordenador da ONG 1, Belém-PA, ago. 2014).

No cerne das disputas, estão os dois “blocos de poder” antagônicos que se enfrentam constantemente: aquele denominado pela oposição ao projeto hidrelétrico de “desenvolvimentista” e aquele autorreferido como “campo da resistência”, que defende uma proposta alternativa de desenvolvimento não mercantil e não predatório da natureza e dos povos que dela e nela vivem, conforme explicou o representante da ONG, acima mencionada.

Bourdieu (2004, p. 23) assinala que a lógica dos campos de poder remete às disputas entre visões de mundo e sistemas de classificação entre agentes, seja pela manutenção ou mudanças da correlação de forças entre os campos, assim como pelas possibilidades e limitações do “eles podem ou não podem fazer”.

O primeiro campo atua no sentido de implantar grandes projetos na Amazônia, no caso em estudo a hidrelétrica de Belo Monte, articulando grandes grupos econômicos, flexibilizando a legislação, cooptando movimentos e lideranças sob a justificativa de produzir mais energia para o Brasil. Computa-se a ele a presença de mais de 60 homens da Guarda Nacional e a repressão aos movimentos e a trabalhadores nos canteiros de obra; a criminalização dos movimentos sociais; a cooptação política de lideranças e a judicialização dos conflitos. Nesse campo, estão as três esferas de governo - federal, estadual e municipal -, parlamentares,

⁶ Composta por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



empresas, bancos, fundos de pensão e o judiciário. Este último acusado de suspender as interdições e de não julgar os pedidos de suspensão da obra, segue argumentando o coordenador da ONG, mas obtivemos formulações similares em outras narrativas que nos permitiram acessar informações sobre o emaranhado das disputas em curso.

Segundo Pacheco de Oliveira (2014, p.15-21), o governo brasileiro, através do Ministério das Minas e Energia, agiu em consonância com os interesses das empresas responsáveis pelo empreendimento, desconsiderando a participação das organizações indígenas e as dimensões ecológicas e sociais do projeto, contrariando as premissas contidas nas diretivas da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁷ e da legislação brasileira⁸. Isso implica na insuficiência dos estudos realizados para tratar das terras indígenas que não estão na área diretamente afetada⁹ e dos impactos sobre “o modo de vida e cultura” das populações atingidas, dos indígenas isolados e dos indígenas da cidade de Altamira¹⁰. Quadro agravado pelo deslocamento de 96 mil pessoas para a região e da pavimentação da rodovia Transamazônica que, certamente, representa mais pressão sobre os recursos naturais, como o “aumento da caça e da pesca predatória, da exploração madeireira e garimpeira, de invasão TIs e de transmissão de doenças”. E, dessa forma, alertando a opinião pública para o “descaso do governo brasileiro e a precipitação com que tem sido conduzida a aprovação e implementação do projeto”.

O campo da resistência, por sua vez, atua no sentido de apresentar um projeto de não mercantilização da vida e da natureza, de forma a valorizar os modos de vida de diferentes

⁷ Em seus artigos 1º, 5º e 6º e seus respectivos incisos, destaca o seu direito de autoidentificação como povos, exige o devido respeito aos seus modos de vida e cosmologias, aponta a necessidade de políticas de proteção e de reparação. E orienta ainda que é dever do governo assegurar a consulta pública aos indígenas em situações que envolvam seus interesses e destinar recursos para este fim, além de reconhecer a legitimidade de suas organizações. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁸ A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 231, detalha que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, e segue indicando no Art. 232, que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (BRASIL, 1988). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizadoEC%20111.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

⁹ Este aspecto se refere “aos Xikrin do Bacajá, os Parakanã, Araweté e Asurini no rio Xingu, os Kararaô, Arara do Laranjal e Arara da Cachoeira Seca no rio Iriri” (Cohn, 2014, p. 28).

¹⁰ O estudo faz referências à “extensão da estadia na cidade, o maior trânsito aldeia-cidade, o aumento de consumo de produtos industrializados, o acirramento do alcoolismo, e conflitos intra e interaldeias, levando à abertura de novas aldeias e a conflitos e desconfianças interétnicas” (ibid, p. 29).

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



povos e grupos sociais e tradicionais que, segundo seus propositores, está referenciado na experiência Andina do “Bem viver”¹¹. Essa resistência se dá por meio das redes sociopolíticas que se espacializam em Altamira, Belém, São Paulo e Porto Alegre e coexistem com a ocupação do canteiro de obras de Belo Monte, passeatas e denúncias na internet, filmes veiculados em mídias alternativas, pressões no Congresso Nacional brasileiro e da articulação do painel de especialistas, que produziram estudos acerca dos impactos negativos da hidrelétrica. Ou em ações internacionais, como aquelas realizadas junto ao Parlamento Europeu, na Corte Ibero-americana e na Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, denunciando as arbitrariedades cometidas durante a construção de Belo Monte. No ano de 2013, ocorreram os protestos em Paris, com o apoio de ambientalistas franceses - em frente das empresas construtoras fabricantes de turbinas que seriam usadas em Belo Monte - e da embaixada brasileira (Coordenadora do Movimento Xingu Vivo, Altamira-PA, ago. 2014).

Nesse campo estão movimentos sociais, Organizações Não Governamentais, setores da Igreja Católica, Ministério Público Federal e Estadual e o Painel de Especialistas, formado por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, de dentro e fora do país. Seguindo as formulações de Scherer-Warren (1999), assinalamos que esses apoios são tanto de ordem política, como financiam atividades de resistência no lugar. São sujeitos coletivos que se movem pela indignação diante dos problemas e apresentam processos civilizatórios emancipadores, conforme propõe a autora¹².

Diante disso, ganham relevância os novos realinhamentos que foram se desenhando à medida em que a obra de Belo Monte avançava. Antigos aliados, dentro do campo da resistência se reposicionaram politicamente e, mesmo se dizendo contra a obra, passaram a atuar naquilo que o projeto hidrelétrico nominava de “condicionantes”, que trata das políticas

¹¹ Isto engloba diversas dimensões da vida social: visão de mundo, práticas e condutas relacionadas à ética, projeto de futuro, respeito ao conhecimento, vivências tradicionais, a natureza e a redistribuição da riqueza produzida. Trata-se de um profundo questionamento da ideia ocidental de crescimento econômico e desenvolvimento a qualquer preço, da ideologia do progresso, da mercantilização das relações e do consumo desenfreado (Gudynas, 2011).

¹² Os movimentos sociais representam múltiplas práticas sociopolítica e culturais que visam a mudança e expressam as formas coletivas reativas aos contextos sociais e históricos onde estão inseridos, manifestando reações de diversas ordens: “denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas, cooperação, parcerias, resolução de problemas sociais, ações de solidariedade, construção de uma utopia de transformação, com a criação de projetos alternativos e de propostas de mudança” (Scherer-Warren, 1999, p. 14-15).

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



de “mitigação” de impactos, decorrentes de sua implantação. Antigos “companheiros”, a partir desse momento, se colocaram em campos opostos da disputa.

Observa-se, assim, o delineamento de três grandes frentes de ação: a) aquele da obra em execução pela Norte Energia e dos setores a ela alinhados; b) a dos movimentos de resistência manifestada pela ação política do Movimento Xingu Vivo para Sempre¹³, com base nas denúncias, contestações e de oposição ao projeto; c) e dos espaços institucionalizados sob a nomenclatura de Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), que congrega as três esferas de governo (federal, estadual e municipais), movimentos sociais, ONGs, a empresa de energia e consultorias.

O PDRSX era composto por um comitê gestor, oito câmaras técnicas (Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental, Infraestrutura para o Desenvolvimento, Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis, Inclusão Social e Cidadania, Monitoramento e Acompanhamento, Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, Saúde e Coordenação Geral) e um plenário que reúne todas as instâncias do Plano. De 2011 a 2014 foram aprovados 144 projetos apresentados pelos governos federal e estadual, prefeituras e sociedade civil, no valor de pouco mais de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), beneficiando dez municípios, no total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) previstos (Representante da FVPP, Altamira-PA, ago. 2014).

A grande mídia, também referida nas entrevistas, funciona como caixa de ressonância do anúncio do projeto de modernização capitalista que chega à Amazônia por intermédio da construção dessa hidrelétrica¹⁴. E, por fim, ressaltar a ação multiescalar dos campos de poder que se manifestam simultaneamente em diferentes frentes de atuação, dado os interesses políticos, econômicos e ideológicos das relações em rede que os sustentam. Isso nos leva à multiplicidade de usos do termo “rede”, que podem ser acadêmicos como conceitos e metodologicamente organizadores de dados para análise, ou político, para se referir às

¹³ Criado no ano 2008, durante um grande encontro dos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu, que contou com a presença de mais 3000 pessoas. Dentre estes, cerca de 1000 indígenas, representando a Coordenação das Associações Indígenas da Amazônia (COIAB) e convidados de várias regiões do país, unidos em torno da luta contra a construção da hidrelétrica, que avançava. Estes defendiam o assegurar o uso do rio Xingu para as futuras gerações.

¹⁴ Dentre as justificativas do empreendimento encontra-se a produção de energia barata, se comparada ao gás natural, energia eólica e nuclear, capaz de suprir a necessidade de 40% do consumo residencial do país, que conta com o investimento estimado em R\$ 25,8 bilhões e beneficiará 60 milhões de pessoas em 17 estados da federação. Ver as cartilhas “Conheça Belo Monte” e “Instalação avança em Belo Monte”. Disponível em: <<http://norteenergiasa.com.br>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



estratégias de ação de atores coletivos, movimentos sociais ou rede de movimentos (Scherer-Warren, 1999).

3 AS ESTRATÉGIAS DE SEDUÇÃO¹⁵

Belo Monte é a reedição do projeto da hidrelétrica chamado de Kararaô, proposta pelo governo federal em fins dos anos de 1980. Ação fortemente contestada durante a realização o I Encontro dos Povos Indígenas, em fevereiro de 1989, na cidade de Altamira, onde o terçado da indígena Tuíra simbolizava a grande resistência local ao empreendimento¹⁶. Muitos anos se passaram até a retomada do projeto, o que permitiu ao governo federal repensar as suas formas de ação na Amazônia¹⁷ e, “terceirizar”, por meio de concessão [leilão], a construção e operação da obra. Na nova tentativa, sob a coordenação da empresa Norte Energia¹⁸, as “estratégias de sedução”, especialmente direcionada aos indígenas, foram a forma usada para acessar seus territórios e permitir o diálogo diretamente com eles, sem interferência da FUNAI e dos movimentos sociais de oposição ao empreendimento. Dentre as denúncias que ganharam regularidade na narrativa dos entrevistados estão o desmonte da FUNAI, o aparelhamento do IBAMA, o não cumprimento dos procedimentos ambientais adequados e os “presentes” dados aos indígenas “aldeados”, como voadeiras, motores, carros, óleo diesel e

¹⁵ Criamos este termo tomando como inspiração o trabalho de Alvim (1991): “A sedução da cidade”, onde a autora trata do aliciamento das famílias camponesas e de seu recrutamento na área rural, com a finalidade de destiná-los às vilas operárias, como mão de obra ligada à indústria têxtil no Nordeste brasileiro.

¹⁶ Naquele momento, o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, que incluía os sindicatos de trabalhadores rurais, as cooperativas, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Prelazia do Xingu, o sindicato dos Professores (SINTTEP) e os movimentos de mulheres apoiaram a luta indígena e se posicionaram publicamente contra o barramento do rio. No ano de 2001, este passou a se chamar Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), cuja principal liderança Ademir Federicci, o Dema, foi assassinado por pistoleiros em agosto de 2001. Em 2008, o MDTX veio a ser as bases sob as quais se constituiu o Movimento Xingu Vivo para Sempre, conforme narrou a sua coordenadora.

¹⁷ Lembramos que durante a construção da hidrelétrica de Tucuruí, nos anos de 1970 e 1980, os danos foram imediatos e diretos sem qualquer tipo de mediação. Os pedidos de reparação só ocorreram a partir 1982 por iniciativa da Prelazia de Cametá e da assessoria proposta por ela, o que resultou na criação da Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí que, por meio de acampamentos e outros mecanismos de pressão, negociaram junto à Eletronorte, a revisão do processo indenizatório e do reassentamento que impactou mais de 4 mil famílias. Para detalhes ver Magalhães (2007).

¹⁸ “Constituída sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), a Norte Energia S.A. venceu o leilão de concessão em abril de 2010 e tornou-se responsável pela construção e operação, por 35 anos [2045], da UHE Belo Monte” (Norte Energia, 2020, p. 23). Detalhes disponíveis em: <<http://norteenergiasa.com.br>>. Acesso em: 26 out. 2021.

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



gasolina¹⁹, bem como o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, a cada aldeia, para a compra de mantimentos.

O resultado prático dessa ação foi que parte dos indígenas “aldeados” interromperam o processo de contestação da construção da hidrelétrica e se distanciaram do movimento de resistência. As aldeias se multiplicaram e subdividiram para receber mais benefícios da empresa Norte Energia [eram 19 aldeias e saltaram para 37]. Fala-se, ainda, da quantidade de refrigerantes, bolachas e biscoitos inserida na dieta alimentar dos indígenas e do abandono do plantio em várias aldeias. Certamente, advertem alguns entrevistados, que o fornecimento de mantimentos feitos pela Norte Energia pode impactar negativamente tanto a dieta alimentar, como comprometer a produção de alimento das aldeias num médio-longo prazo. Além disso, a distribuição do “benefício” é por tempo definido, de até dez anos²⁰.

Isto implica em profundas transformações nos modos de vida desses grupos, uma vez que o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso (Marx, 1983) e a lógica mercantil se instala como racionalidade na vida social da aldeia, embora coexista com outras práticas socioculturais. Como afirmou Lefebvre (1991, p. 82), “o mundo da mercadoria tem uma lógica imanente, a do dinheiro e do valor de troca generalizado sem limites”.

Naquele momento, os indígenas da cidade reivindicavam os mesmos “benefícios” dos índios “aldeados” no “Plano de Emergência” proposto pela Norte Energia²¹. Essas situações, embora tenha regularidade em várias entrevistas, ficaram bem demarcadas nas narrativas de lideranças da Associação Indígena dos Moradores de Altamira (AIMA) e da Associação Indígena Nativa Curuaya de Altamira (INKURI), uma vez que esse plano destinava recursos para os atendimentos das demandas advindas de associações.

Com o avanço das obras, os primeiros impactos ficaram perceptíveis, como o “secamento” de parte do rio Xingu antes da represa e a consequente, perda da pesca, do

¹⁹ Segundo boletim informativo da empresa, datado de 15 de setembro de 2014, “desde novembro de 2010, a Norte Energia destinou mais de R\$ 153 milhões para ações que atendem 11 Terras Indígenas da Área de Influência da Usina. Já foram concluídas 313 casas, de um total de 699, e doados e entregues mais de 1,2 milhão de litros de combustíveis e lubrificantes, 326 barcos e voadeiras e mais 564 motores, além de 44 veículos e 96 geradores” (Norte Energia, 2014). Disponíveis em: <<https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico>>. Acesso em: 20 out. 2015.

²⁰ O relatório da empresa faz referência a 11 terras indígenas situadas em 5 milhões de hectares, que contam com 49 aldeias, onde vivem cerca de 3,5 mil indígenas de nove etnias (Norte Energia, 2018). Disponível em: <<https://www.norteenergiasa.com>>. Acesso em: 26 out. 2021.

²¹ “No total, a UHE Belo Monte inundou uma área de 478 km² no estado do Pará: 238 km² no município de Altamira; 239,2 km² em Vitória do Xingu; e 0,8 km² em Brasil Novo. Do total de 478 km², 57%, ou 274 km², correspondem ao leito original do próprio rio Xingu no período da cheia” (Norte Energia, 2020, p. 24).

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



banho, da água para beber e da navegabilidade. As águas barrentas, decorrentes das obras em andamento, já prejudicam algumas aldeias, com a fuga do peixe e a piora da qualidade da água. Levanta-se a preocupação que o deslocamento de indígenas para áreas mais distantes possa significar a entrada em territórios de outros povos, interferindo no acordo coletivo das áreas de pesca de cada aldeia e de pescadores que vivem às margens do rio Xingu e gerar futuros conflitos, entre eles, ligados ao uso do rio (Advogado de um Instituto de Assessoria, Altamira-PA, ago. 2014).

Essa pluralidade de povos e comunidades, modos de vida, vivências e territorialidades agora cabem na arbitrária denominação de “atingidos”, “impactados” ou “expropriados”, conforme assinalou Magalhães (2007). Para caracterizar analiticamente as situações de violência material e simbólica observadas em campo, elaboramos um termo. “Brutalidade consentida” é aquela ação conhecida, que mesmo questionada publicamente, não tem adesão do conjunto da população. Não por omissão dos atingidos, mas pelo silenciamento a eles imposto, dada a força contida em seu ato. É identificada e reconhecida, mas não é punida, por conta do poder que traz aquele que a realiza. Esse ato de consentimento não se refere aos “atingidos”, mas aos detentores do poder econômico, político e institucional, dotados de capacidade de formar opinião que, por sua vez, calam ou reproduzem uma imagem distorcida e amenizada dos fatos frente à opinião pública, omitindo em sua narrativa, os impactos negativos, as resistências, os enfretamentos e as oposições ao empreendimento. Assim, temos a sobreposição do discurso produzido e a imagem criada e não o fato em si. “Brutalidade consentida” é um instrumento de poder do grupo mais forte, que pode ser reproduzida e replicada em situações adversas com base em experiências acumuladas anteriormente.

Essas ações estão relacionadas à implantação de “grandes objetos” e projetos que exigem a ocupação de grande extensão territorial. Para o caso em estudo, uma hidrelétrica, que desarranja os modos de vida preexistentes, tidos como descartáveis para que as novas modalidades produtivas ou extrativas possam ser instauradas. Dado o uso mercantil e intensivo do espaço, estes provocam também conflitos socioambientais onde se instalam. Trata-se de um pacto entre as classes dominantes, que legitima a ação de agentes econômicos e estatais diante do resultado predatório, previsível e esperado do empreendimento.

Este foi o pano de fundo que envolveu a presença dos indígenas na cidade de Altamira no momento da pesquisa e, cabe ressaltar, que os “assentamentos forçados” (Partridge, 1985) decorreram dessa ação na medida em que criam uma modalidade de assentamento urbano

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



até então não experimentado na urbanização da Amazônia – aquele resultante do remanejamento de mais de 3 mil indígenas, de múltiplas etnias, sem que as suas reivindicações étnicas e identitárias fossem consideradas.

4 A LUTA POR RECONHECIMENTO E POLÍTICAS DIFERENCIADAS DOS INDÍGENAS NA CIDADE

Quando orientamos nossa análise em direção à cidade, percebemos um conjunto de novas situações que apontam para a existência de novas contradições, pouco conhecidas, desvalorizadas ou invisíveis. Como o caso daqueles grupos que se autodeclaram indígenas e recebem rótulos negativos - enunciados pelo senso comum e pelo poder hegemônico -, como se fossem indivíduos de “segunda categoria” ou de “índios misturados”, o que os coloca em uma sub-condição social e política (Pacheco de Oliveira, 2016). Muitas dessas situações antecedem a própria construção da hidrelétrica e, por meio dela, foram potencializadas pelas ações predatórias que orientaram a sua execução.

Estudos de Alonso e Castro (2006) indicam que as etnias mais numerosas eram Xipaya, Curuaya e Juruna. Mas foi o levantamento realizado por uma indígena da etnia Xipaya, atualmente integrante da área técnica da FUNAI de Altamira, que tornou possível quantificar essa presença em 240 famílias de 17 etnias, distribuídas por 21 bairros.

Detalhando essa iniciativa e comentando sobre a relação indígena e a cidade, ela diz que:

[...] Eu fiz um cadastro por conta própria, quando eu comecei trabalhar com eles. Foi em 1998 a 2002. [...] Tava com 2.800 índios cadastrado [...] E depois de 2000 a 2012 que foi o último cadastro de Belo Monte [...] tava com uma faixa de 4.600 índios cadastrado [na cidade] (sic).

[...] Viver na cidade é muito complicado pra indígena, né? Porque hoje [...] a FUNAI ela enxerga assim: o índio dentro da aldeia. Em terra indígena, né? E como hoje a gente tem um fluxo grande de indígena na cidade é difícil tirar eles hoje, colocar ele dentro duma aldeia. Porque já se apropriou, já se acostumou, né? [...] E a gente já tem uma história, aqui dentro de Altamira. Que Altamira era uma aldeia, não era uma cidade, né? [...]. (sic) (Indígena Xipaya, Altamira-PA, ago. 2014).

Durante o trabalho de campo - nas visitas, conversas informais e entrevistas -, fomos aferindo informações sobre as etnias existentes na cidade, além de outras situações descritas

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



ao longo do texto. Nesse momento, conseguimos ampliar esse número para 25 etnias²², sendo elas: Xipaya, Curuaya, Juruna, Kayapó, Arara, Tupiniquim, Xicrim, Araweté, Munduruku, Xavante, Guajajara, Karajá, Canela, Anambé, Guarani, Wapixana, Baré, Mococongo, Tembê, Arapiuns, Parakanã, Cinta-Larga, Gavião, Macuxi e Krahô, distribuídas pelos 22 bairros da cidade. Assim como quatro associações indígenas: Associação Indígena dos Moradores de Altamira (AIMA), Associação Tyoporemô dos Povos Indígenas Nativos Ribeirinhos do Médio Xingu, Associação Indígena Kirinapã e Associação Indígena Nativa Curuaya de Altamira (INKURI), envolvidas na representação política e na proposição de demandas referentes aos seus associados.

Pelo que observamos, essa presença indígena na cidade deve-se a, pelo menos, quatro situações: 1) a cidade que cresceu sobre a aldeia onde viviam juntos os Xipaya, Curuaya e Juruna, conforme defendem várias lideranças indígenas²³; 2) aos indígenas que se deslocaram das aldeias - terras indígenas ou áreas rurais - em busca de acesso à saúde, educação e emprego na cidade; 3) à migração intra e interregional de várias etnias, como, por exemplo, os Tupiniquim de Alagoas e os Guarani do Mato Grosso; e, por fim, 4) aos indígenas nascidos na cidade, que passam por um duplo processo de socialização: o da lógica mercantil da cidade e das afirmações identitárias e dos modos de vida indígena. Além disto, pode-se observar tensões presentes nas narrativas de pais e mães preocupados com as negações e afirmações do ser ou não ser “índio na cidade”, especialmente entre os mais jovens.

Em relação à ocupação destes grupos étnicos na cidade, verificamos que algumas são donas de casa, outros pescadores, desempregados, artesãos, agricultores, donos de pequenos comércios, aposentados; alguns estavam trabalhando nas empresas prestadoras de serviço à Usina Hidrelétrica Belo Monte ou fazendo “bicos”. Estes trabalhos realizados pelos indígenas se davam em um contexto internacional de precarização, vulnerabilidade,

²² Apesar da importância dessas informações, advertimos que nossa pesquisa não tem a preocupação com os números absolutos do quantitativo, mas uma proposição analítica que, à priori, visa demonstrar a pluralidade étnica, muitas vezes negadas, negligenciadas ou desconhecidas, quando se trata de indígenas em cidades amazônicas. Posteriormente, (Cardoso, 2018) conseguiu ampliar esse número com mais quatro etnias: Tapuia, Caxinauás, Apiaká e Arara do Maia, e fez referência aos Parakanã, como aqueles que habitam o espaço urbano há algum tempo. Isso eleva o número para 30 etnias.

²³ Como assinala Lefebvre (1991), o processo de urbanização suplanta e absorve as formas e relações que a precederam. Ele se refere à absorção do campo pela cidade. Aqui, tratamos da absorção da aldeia e de seus habitantes, como o antigo “aldeamento Taquara” pela cidade. Essa perspectiva foi identificada na narrativa de vários entrevistados e remete à memória histórica que os indígenas têm acerca dos parentes que os antecederam. Estudos de Magalhães (2008) corroboram com essa proposição, além de destacar a pluralidade étnica de ocupação da região do Xingu e da cidade de Altamira.

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



desemprego e de dismantelamento da política social. Num mundo de “incertezas” onde as “leis do mercado” destroem qualquer possibilidade de construção de um ideal de igualdade, conforme analisou Castel (1998).

Essas etnias residem nas áreas mais pobres da cidade, na beira dos igarapés ou áreas alagadas ou alagáveis durante o período das chuvas, especialmente nos igarapés Ambé, Altamira e Panelas. Habitam em casas de madeira de baixa qualidade, estilo palafita. Muitos moram de aluguel, de favor ou com parentes, em áreas tidas como violentas e onde a vida se realiza de forma precária.

Poucos são aqueles que falam alguma língua indígena, apenas os mais velhos ou os recém-chegados, oriundos das aldeias. A grande maioria não teve acesso à língua mãe, embora entre as etnias Xipaya, Curuaya e Juruna haja uma preocupação com a retomada da língua materna. Coexistem também com muitas situações de casamento interétnico envolvendo diversas etnias, como acontece entre os Xipaya-Juruna-Kuruaya, Xipaya e Kayapó, ou mesmo observei a união de Arara com não-indígena, Guarani com descendente de alemão, dentre outros casos. São os “casamentos mistos” entre índios e não índios, conforme definiu Magalhães (2008, p. 40), que indica que:

[...] importa salientar que nos casamentos entre índios e não índios, os filhos sempre serão reconhecidos pela etnia indígena, seja de seu pai, seja da sua mãe. No caso de casamentos entre as etnias indígenas, o reconhecimento far-se-á de comum acordo entre os pais, sendo, portanto, os filhos pertencentes à etnia do pai ou da mãe. Há, também, aqueles que se reconhecem com dupla etnia, como é o caso de Xipaya-Curuaya, constante, inclusive, em registro civil (Magalhães, 2008, p. 41).

Muitos deles reivindicam a condição de indígena na cidade e reclamam do tratamento dado pela FUNAI, que só reconhece como indígenas aqueles “aldeados”. Em depoimento, o coordenador da Associação dos Indígenas Moradores da Cidade de Altamira (AIMA) detalha as dificuldades da luta identitária.

[...] morar na cidade pra nós indígenas foi ruim, desde o começo, e continua sendo. Primeiro, porque na cidade você não tem tempo pra aprender a sua cultura, não tem tempo pra você falar a língua, né? Não tem tempo pra você fazer seus artesanatos, né? Aqui na cidade é sobrevivência. Aqueles que não têm, que não têm casa própria, tem que ter trabalho pra pagar o aluguel, pagar energia [...]. A sua vida é viver de um modo totalmente diferente que é a cultura indígena, né? Mas a gente, tem feito o que? [...] Tentado se adaptar a essa vida na cidade. Entre ter que trabalhar e também viver um pouco da sua cultura, pelo menos pra, pra fortalecer o ego indígena dentro de cada um, e dizer: não, não é porque eu moro aqui, que eu deixei de ser índio, né? Não é

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



porque eu sou casado com branco, que eu deixei de ser índio. Não! Não é porque eu fui registrado com nome de branco, que eu virei branco. Não! Eu tenho a minha cultura, tenho o meu povo. (sic) (Coordenador da AIMA, Altamira-PA, ago. 2014).

O reconhecimento identitário e do lugar de moradia não é uma proposição nova. No encontro promovido pelo Centro Indigenista Missionário (CIMI), em Altamira, com lideranças de diversos povos indígenas, discutiu-se a proposta de regularização da posse da terra em dois bairros ocupados por indígenas e se apreciou a denúncia contra a FUNAI, que se recusava a fazer os estudos de identificação daquelas pessoas que não tinham aparência indígena (cabelo liso, olhos puxados e pele morena). E criticavam o termo “índios desaldeados”, usado por funcionários da FUNAI e da FUNASA, quando se referiam a eles, por ser considerado um termo pejorativo e reivindicavam, naquele momento, a condição de “índios cidadãos”. Essa posição se fundamentava no argumento de que a cidade cresceu e se apropriou de áreas onde viviam os indígenas (O Direito dos Povos Cidadãos..., nov. 2005, p. 7).

Como observa Pacheco de Oliveira (2011), muitas são as categorias de classificação, mas a definição de “índios urbanos” ou “desterritorializados” pouco contribui para esclarecer o que está por trás desse indicador e faz referência ao descompasso entre o autorreconhecimento de uma coletividade indígena e o seu reconhecimento pela FUNAI, já que esta pressupõe um lugar territorial do indígena - o rural -, sob a tutela federal. Assinala ainda que:

A designação de índios urbanos ou desterritorializados, que pode fazer pressupor um distanciamento (espacial, social e afetivo) de tais pessoas em relação à comunidade local, deve ser evitada, em prol da referência a elas como indígenas residentes em cidades por ocasião da declaração (Pacheco de Oliveira, 2011, p. 679).

Certamente os pedidos de reconhecimento se faz em um contexto de lutas, onde os indígenas reivindicam o direito de ser indígena na cidade e de ter políticas diferenciadas diante desta condição. São as categorias de atribuição e autoidentificação para caracterizar a relação entre pessoas, conforme definiu Barth (1969), ao se referir aos grupos étnicos. Nas situações observadas, são recorrentes as disputas de afirmação e negação. Para a Norte Energia, negar a identidade indígena constitui-se em estratégia de desmobilização da resistência. Para o movimento indígena, especialmente aquele articulado às demandas cidadinas, remete à necessidade de políticas “reparadoras” considerando a dimensão étnica.

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



Reconhecer quem é indígena e se pertence a uma comunidade deve ser direito soberano das sociedades indígenas por intermédio do autorreconhecimento e pelo reconhecimento dos pares. Direito que a FUNAI quer retirar ao negar o reconhecimento de ser índio para aqueles que se emancipam da relação de tutela do Estado (Cunha, 2012), uma vez que essa condição pressupõe o indígena como “incapaz” de fazer suas escolhas e de traçar o seu próprio destino autonomamente. Ao contrário, nos atos de resistência e de lutas - passadas e presentes -, os indígenas se apresentam na cena pública como sujeitos coletivos e advogam ser portadores de direitos sociais que precisam ser reconhecidos, conforme previsto na Constituição Federal e na Convenção 169 da OIT.

As principais reivindicações das organizações indígenas estão relacionadas ao reconhecimento das etnias na cidade, à implantação de políticas públicas diferenciadas, especialmente nas áreas de saúde e educação, à exigência da oportunidade de emprego e qualificação profissional, para que possam entrar no mercado de trabalho em melhores condições. Há também a busca de boas indenizações para aqueles que foram ou serão remanejados, além da melhoria de acesso ao precário serviço de saúde. Na Casa de Saúde Indígena (CASAI), eles não são atendidos por não estarem “aldeados”, como nos informaram as lideranças da Associação Indígena dos Moradores de Altamira (AIMA) e da Associação Indígena Nativa Curuaya de Altamira (INKURI).

Mesmo enfrentando adversidades, essas organizações são espaços de encontro das famílias e etnias. São catalizadoras de demandas, proposições e representantes coletivas no espaço público e em negociações mediadas por conflitos e relações de poder assimétricas entre os agentes envolvidos. Por isso, ocorre a diversidade de expressões e sua articulação com outras associações e demandas - dentro e fora da região e em âmbito nacional -, em torno da defesa de seus territórios, do seu modo de vida e da sua própria existência.

Embora muitos indígenas afirmem ter boas relações com os vizinhos não índios, várias situações de preconceito foram relatadas e os associam à figura do “preguiçoso”, “cachaceiro” ou “falso índio”, o que causa profundo constrangimento para aqueles que as vivenciaram. Isso nos remete ao entendimento de que a intolerância racial e étnica são componentes importantes das relações interétnicas – assimétricas e hierárquicas – que apontam para o protagonismo político imposto às populações indígenas como atores secundários e, por isso, os associam às imagens depreciativas, que legitimam, fundamentam e naturalizam práticas racistas, discriminatórias e atos de violência contra eles (Pacheco de Oliveira, 2000).

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



Dentre os impactos de Belo Monte na cidade estava previsto o remanejamento de sete mil famílias dos igarapés Ambé, Altamira, Panelas e da orla do rio Xingu. Destas, mais de 650 são indígenas (mais de três mil e duzentas pessoas), do total previsto de 35 mil pessoas. Estas famílias seriam direcionadas a cinco áreas de Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) - São Joaquim, Jatobá, Laranjeiras, Casa Nova e Água Azul -, conforme relatou em entrevista a integrante da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI) da Norte Energia. Os procedimentos de identificação das famílias indígenas que viviam na cidade se iniciaram em fins de 2008 e foram finalizados, em 2012, durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, sendo denominados pela empresa de “índios citadinos”, quando se referiam aos indígenas que estavam “desaldeados”, conforme o relato feito:

[...] existiu a necessidade de formar uma equipe só pra fazer esse levantamento [...] até na época falava índio desaldeado, né? Citadino ou desaldeado, essa coisa toda, né? Então, foi nesse estudo que nós entregamos, em 2009, tá no site do IBAMA isso. [...] tem todo o histórico como que a gente chegou nessa história de índio citadino, aqui na região de Belo Monte. [...] quem são os principais grupos familiares. A gente traz nesse estudo a genealogia das principais etnias, é, quem que tá casado com quem. Porque têm várias, vários casamentos interétnicos, né? [...] nós terminamos esse trabalho em março de 2012 [...] concluímos o cadastro, tá? Esse cadastro, onde a gente identificou 654 famílias (sic) (Representante da Norte Energia, Altamira-PA, ago. 2014).

Os indígenas, por sua vez, reivindicavam a construção de um bairro étnico, o que não foi aceito pela empresa. Ainda assim, conseguiram abrir o diálogo sobre a desapropriação de uma área denominada de “Pedral”, às margens do rio Xingu, para as famílias indígenas da cidade e das margens do rio fora do perímetro urbano e de pescadores na mesma condição. Esta proposição visava garantir a continuidade da prática da pesca, a navegabilidade no rio, a comercialização do pescado na cidade e o fluxo sistemático de muitos indígenas para as aldeias.

O relato de uma indígena Arara revela a preocupação quanto à possibilidade de perda de acesso ao rio e à pesca. A representante da Associação Tyoporemô dos Povos Indígenas Nativos Ribeirinhos do Médio Xingu afirma que:

[...] primeiro eles queriam colocar os índios [no RUC] Laranjeira. [...] Os índio que tá no impacto [...] e o pescador branco, né? O pescador que não é índio, também vai ficar junto nesse bairro [...]. Mas o Laranjeira fica numa área difícil pra quem é pescador, quem tem os barco. Nós, no caso tem barco, tem

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



canoa, tem tudo pra cuidar na beira do rio, né? [...] mesmo que não seja pescador, mas tem [...] suas roça, aí pro Xingu. Tanto pra baixo, quanto pra cima. E precisa vir pra cidade e deixar canoa na beira do rio. Então, pra lá fica uma área difícil. Então, começou uma luta pra gente colocar uma proposta onde a gente queria ser reassentado. Aí, essa proposta surgiu, lá da colônia de pescador, né? Onde nós samo associado, é que nós temo as carteirinha de pescador. [...] Que nós procurasse uma área e a gente procurou a área do Pedral (sic) (Coordenadora da Associação Tyoporemô, Altamira-PA, ago. 2014).

O indígena Kuruaya da associação Inkiri, segue a mesma linha de argumentação.

[...] eu tô mais empenhado brigando na questão da realocação dos índios citadinos porque a Norte Energia, ela vem querer tirar os índios que já é acostumado a morar na beira do rio mesmo, pra querer tirar nós do local de origem, pra jogar 2 ou 4 km pro centro. E nós não concorda. [...] [na] área do Pedral [...] a gente fica na beira do rio porque tem muito índio que veve das pesca, tem motor, tem barco. E a que gente tá trabalhando em cima desses processos, e batalhando, lutando pra que também trabalhar nos projetos que a Norte Energia vem oferecendo [...]. (sic) (Representante da Associação Indígena Nativa Kuruaya de Altamira, Altamira-PA, ago. 2014).

Esses relatos e enunciados se somam às outras narrativas indígenas, que levantam a preocupação quanto ao remanejamento e ao reassentamento de indígenas impactados na cidade pela obra da hidrelétrica. O que está em jogo é o reconhecimento identitário, a política diferenciada e a consideração das atividades de trabalho e econômica que o indígena realiza no momento do cômputo da indenização por parte da empresa e exigem o reassentamento em área específica para alocar os indígenas – na área do Pedral – por conta da proximidade do rio Xingu.

No momento do campo, em 2014, os remanejamentos ainda estavam começando e, do total das sete mil famílias previstas, apenas 400 haviam sido reassentadas. Dentre estas, pouco mais de 70 eram famílias indígenas das mais de 600 que seriam remanejadas, conforme o previsto no cronograma do projeto. As áreas de reassentamento ainda estavam sendo preparadas. A que estava com a obra mais avançada era a área do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Jatobá, onde já tinha famílias morando, mas as casas ainda estavam sendo finalizadas. Diante disso, não foi possível verificar o conjunto dos “benefícios” anunciados pela empresa, como creche, escola, praça, transporte, dentre outros. A empresa previa o atraso de um ano no cronograma, se observado o projeto original.

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



Nos anos seguintes, com o avanço das obras da hidrelétrica, ocorreu o remanejamento e reassentamento das famílias e, com isso, um conjunto de situações que geraram grande insatisfação e denúncia por parte dos indígenas. Dentre estas podemos destacar: a) a perda da relação de proximidade do rio Xingu, já que muitos indígenas são pescadores e fazem deslocamentos sistemáticos para as aldeias nas proximidades; b) o distanciamento do centro da cidade e dos equipamentos coletivos, especialmente das escolas das crianças; c) a rachadura nas casas construídas para os reassentados; d) a precariedade do transporte coletivo que servem esses moradores; e) as situações de inseguranças geradas por roubos e assaltos; f) a ausência de financiamento para os pequenos comerciantes que dependiam economicamente desses negócios para o sustento de suas famílias (Cardoso, 2018). Essas constatações demonstram a distância entre intenção e gesto, daquilo que foi prometido para as famílias remanejadas pela Norte Energia, nos momentos que precederam a construção da hidrelétrica²⁴.

De acordo com o que foi apresentado, os termos classificatórios são múltiplos e, muitas vezes, contraditórios: “índios misturados”, “índios emergentes”, “diásporas”, “novas etnicidades” que propõe explicar as identidades indígenas e suas lutas de pertencimento que, muitas vezes, se antecipam à própria criação do Estado-nação. Ao mesmo tempo em que as lutas atuais criam a unidade interna e se constituem em força simbólica para o projeto coletivo identitário do presente. É “o chamado processo de etnogênese, que abrange tanto a emergência de novas identidades quanto a reinvenção de etnias já reconhecidas” (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 201, grifo nosso).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que, para o caso estudado, a ação do governo federal por intermédio da empresa Norte Energia desarranjou a vida social preexistente para que novas modalidades

²⁴ Em relatório publicado recentemente, a empresa declarou que “a construção de cinco novos bairros em Altamira estava prevista no PBA e foi concluída em 2015. Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Laranjeiras e Água Azul contam com 3,7 mil casas, que possuem uma área de 63m², com três quartos, dois banheiros, uma sala e uma cozinha [...]. A construção desses bairros promoveu relocação de cerca de quatro mil famílias moradoras de palafitas que margeavam o rio Xingu. [...] Os novos bairros contam com a seguinte infraestrutura: saneamento, rede de água potável, energia elétrica, iluminação pública, ruas asfaltadas, calçadas especiais para portadores de deficiência, escolas e recolhimento de lixo” (Norte Energia, 2020, p. 66). No entanto, ao analisar o relatório não identificamos nenhuma referência aos problemas mencionados pela pesquisa de Cardoso (2018). Neles constam apenas os feitos realizados pela empresa. Disponível em: <<https://www.norteenergiasa.com>>. Acesso em: 26 out. 2021.

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



produtivas pudessem ser instauradas sob a lógica da mercantilização da vida e da natureza, em nome do desenvolvimento nacional. A “estratégia de sedução” foi o meio usado para minar a oposição indígena ao projeto, com as compensações financeiras, doação de equipamentos diversos e cestas básicas, o que em muito contribuiu para o fracionamento do campo da resistência.

Observou-se que quando se trata de indígenas em cidades, a situação tende a se agravar, já que as cosmologias, as territorialidades e os modos de vida não se fazem pela mesma lógica da sociedade nacional, e as indenizações pagas nesses casos de remoção compulsória são irrisórias e desconsideram as relações de sociabilidade, os usos materiais e imateriais do lugar, o pertencimento, a identidade, o repertório sociocultural e étnico repassado de geração em geração, como conhecimento contínuo das práticas herdadas e recriadas.

Ao mesmo tempo em que não se limitam à relação mercantil da cidade onde o dinheiro é mediador e equivalente de todas as trocas. Ao contrário, buscam afirmar sua identidade étnica como uma forma diferente de viver e representar a cidade, mesmo que essa forma de vida seja minoritária e, muitas vezes, questionada e estigmatizada, seja pelos pobres que habitam os mesmos espaços de moradia, seja pelos setores dominantes do poder político local, estadual ou federal que lhes negam políticas diferenciadas.

Deve-se ainda desnaturalizar o uso de termos depreciativos que buscam deslegitimar ou desqualificar as lutas indígenas por políticas diferenciadas. Ou qualquer outro tipo de classificação que tome como referência a descaracterização identitária. Assim, para fins de análise, recorreremos às orientações de Pacheco de Oliveira (2011), conforme referimos no texto, de se tratar de “indígenas em cidades” e não outro tipo de nomeação.

O autor declara não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

6 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 13-35.

ALMEIDA, A. W.. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W.; CARVALHO, G. (Org.). **O Plano IIRSA visão da sociedade Pan-Amazônica**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Observatório COMOVA/UFPA, 2009. p. 57-105.

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



_____. A Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 36-56.
ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. 208 p.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (Org.). **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Unesp, 2011. p. 185-227.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004. 43 p.

_____. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 2011. 159 p.

CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1971. 284 p.

CARDOSO, S. M. **CIDADE DOS INVISÍVEIS? Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense**. 2018. 220 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – NAEA, UFPA, Belém, PA, 2018.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998. 611 p.

CASTRO, E. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. In: CASTRO, E.; MOURA, E. F.; MAIA, M. L. (Org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Edufpa, 1995. p. 91-120.

COHN, C.. A produção de um dossiê sobre um processo em curso. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J.; COHN, C. (Org.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014. p. 27-31.

CIMI. O direito dos povos citadinos em debate. **Porantim**, Brasília, n. 280, v. 7, nov. 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2008. 158 p.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** Buenos Aires, CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. América Latina em Movimento. **ALAI**, Quito, n. 462, p. 1-20, fev. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. 145 p.

https://doi.org/10.20873/nov2023_3



MAGALHÃES, Antônio Carlos. Identidade e reconhecimento étnico: índios citadinos em Altamira. **Coleção Índios**, Belém, Instituto Humanitas, 2008.

MAGALHÃES, Sônia. **Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPCS, UFPA, Belém, PA; EDVS, Université Paris 13, FR, 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983. 142 p.

NORTE ENERGIA. Índios moradores da cidade de Altamira e da Volta Grande do Xingu. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA): diagnósticos, impactos, programas**. Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2006. 220 p.

_____. **Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 121 p.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2006. 384 p.

_____. A ABA e a questão de Belo Monte. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J.; COHN, C. (Org.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014. p. 12-26.

_____. **A presença indígena no Nordeste**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011. 732 p.

_____. Sobre índios, macacos e peixes: narrativas e memórias de intolerância contemporânea. **Etnográfica**, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 285-310, nov. 2000.

PARTRIDGE, W. Reasentamiento de comunidades: los roles de los grupos corporativos en las relocalaciones urbanas. In: BARTOLOMÉ, L. (Org.). **Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas**. Buenos Aires: IDES, 1985. p. 49-66.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006. 392 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. 95 p.

Recebido em: 20/09/2023

Revisado em: 10/11/2023

Aceito em: 13/11/2023